to Político-Pedagógico. Ladermos Libertad-1. 7º Ed. São Paulo, 2000.

VICHESSI, Beatriz. Entrevista com Maria Cristina Mantovanini. Revista Nova

Escola. Editora Abril. Jul. 2012. Disponível em http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/entrevista-maria-cristina-mantovaninidiagnosticos-doencas-psicopedagogia-693752.shtml. Acesso em 14 de maio de 2022.

# TEMÁTICA INDÍGENA: MUITO ALÉM DE REFLEXÃO, EDUCAÇÃO COMO BASE

VIVIANE DA SILVA

## RESUMO

A educação é um direito constitucionalmente consagrado, razão pela qual garanti-la não é apenas um direito de todos os cidadãos, mas também um dever do Estado. Devido a processos populacionais que envolvem misturas de ordem cultural, étnica, social e migratória, entre outras, foram gerados países multiétnicos e multiculturais. Seus habitantes requerem atenção especial em questões educacionais, pois, embora seja necessário ministrar educação em igualdade de condições para os habitantes de uma nação, é necessário também que sejam preservados os traços característicos das culturas e tradições ancestrais, em suma, que a educação diferenciada ou educação étnica é oferecida. A educação voltada para a temática indígena requer muito mais que simplismos advindos de explicações de senso comum, ela se faz presente nos mais diversos campos possuindo assim capilaridade. Para tratar dessa temática buscamos aqui delinear alguns problemas que nos causaram inquietação e posteriormente criamos uma reflexão acerca da temática nas escolas regulares. Esperamos que nossa contribuição seja de valia a comunidade acadêmica.

**Palavras-chave**: Indígena; Educação; Escolas; Interculturalidade.

## INTRODUÇÃO

A falta de respeito e a escassez de recursos criam um mundo de diferenças na educação. Muitas vezes, os sistemas educacionais não respeitam as diversas culturas dos povos indígenas. Poucos professores falam suas línguas e suas escolas muitas vezes carecem de materiais básicos. Materiais educativos que fornecem informações precisas e imparciais sobre os povos indígenas e seus modos de vida são muito escassos.

Apesar dos inúmeros instrumentos internacionais que proclamam os direitos universais à educação, os povos indígenas não gozam plenamente desses direitos, de modo que a diferença entre os povos indígenas e o restante da população permanece abismal na esfera da educação.

Muitos obstáculos à educação. As crianças indígenas são mais propensas a chegar à escola com fome, doentes e cansadas; são muitas vezes sujeitos a intimidação e o uso de castigos corporais continua a ser generalizado. A discriminação étnica e cultural nas escolas é um grande obstáculo à igualdade de acesso à educação, causando baixo desempenho escolar e aumento da taxa de evasão. As meninas indígenas, em particular, enfrentam problemas difíceis relacionados ao ambiente hostil nas escolas, discriminação de gênero, violência generalizada e, às vezes, abuso sexual, que contribuem para as altas taxas de evasão escolar.

Perda de identidade, preso em terra de ninguém. Quando os escolares indígenas são expostos apenas à ideologia nacional em detrimento de sua ideologia nativa, correm o risco de perder parte de sua identidade, sua conexão com seus pais e ancestrais e, finalmente, ficarem presos em terra de ninguém, o que os despoja de um aspecto importante de sua identidade sem que sejam totalmente assimilados na sociedade nacional dominante.

Invisível, sem nacionalidade e em perigo. Quando o nascimento de uma criança não é registrado, é menos provável que essa criança goze de seus direitos e goze da proteção fornecida pelo Estado em que nasceu. Por outro lado, quando seus direitos são violados, esse menino ou menina pode passar despercebido. Mais tarde em sua vida, ele não poderá votar ou ser candidato nas eleições. Essas crianças também correm o risco de serem traficadas e muitas vezes são atacadas por aqueles que exploram sua vulnerabilidade, forçam-nas a se tornarem mendigos, servos como escravos ou os recrutam como crianças-soldados.

A educação é muitas vezes irrelevante. Os estudantes indígenas muitas vezes descobrem que a educação que o estado lhes oferece promove o individualismo e uma atmosfera competitiva, em vez de modos de vida e cooperação comunitários. Não são ensinadas técnicas de sobrevivência ou trabalho adequadas às economias indígenas e, em muitos casos, retornam às suas comunidades com uma educação oficial irrelevante ou inadequada para suas necessidades. São obrigados a procurar emprego na economia nacional, que termina num círculo vicioso de fragmentação social, fuga de cérebros e falta de desenvolvimento, principalmente porque os empregos e salários a que podem aspirar em muitos casos não estão à altura das suas

conquistas.

Apesar dos esforços, nenhuma solução está à vista no futuro próximo. Mesmo em países onde o nível geral de escolaridade dos povos indígenas aumentou, e a lacuna de qualidade na escolaridade persiste, resultando em maus resultados educacionais dos povos indígenas. Condições de extrema pobreza, exclusão e isolamento não são um bom presságio para programas de educação sustentável e multicultural para os povos indígenas.

Dessa forma é primordial o conhecimento dessa temática no que concerne à educação das crianças brasileiras, o abismo criado tanto no campo histórico quanto cultural e econômico traz consigo uma grande defasagem nos aprendizados e na construção de uma memória e consciência que se voltem para as minorias. Portanto além de tratarmos da temática indígena nas escolas falaremos também da preocupação em abordar as nuanças culturais gerais que constituem a construção do respeito e igualdade.

## INDÍGENAS E NÃO INDÍGENAS NAS ESCOLAS

Diferenciar o indígena nas escolas é a fase inicial do processo de reconhecimento, é o momento crítico em que se identificam algumas dificuldades para sua implementação, bem como os elementos do processo que ajudam a definir as características que a diferenciação indígena (interculturalidade) adquire dentro das escolas e quando deixa de fazer parte do processo para se tornar simplesmente uma meta. As escolas têm vivenciado uma difícil tarefa de identificar e reconhecer os alunos indígenas. A persistente ocultação da identidade indígena tem dificultado a identificação, assim como o fenômeno da invisibilidade do planeta alguns desafios igualmente complexos. Por um lado, é muito comum a declaração dos alunos de que "o índio é meu pai (ou qualquer antepassado), não sou mais", ou "o índio é meu povo, aqui somos outra coisa", e sem dúvida representa uma forma clara de dissimulação devido ao medo de ser discriminado. Por outro lado, a afirmação dos professores de que "não há indígenas aqui nesta escola" ou "eles não querem ser descobertos" são respostas que podem ser interpretadas como uma forma de ocultação de uma realidade que, segundo eles, pode afetar a imagem da comunidade.

[...] uma gritante ambiguidade: enquanto, por um lado, se verifica o redimensionamento do lugar das populações indígenas, na composição dos conteúdos, em tudo atenta às pesquisas mais recentes; por outro lado, se nota a permanência de aportes que se aproximam daquela antiga vocação: as populações indígenas são representadas conforme aquela cultura histórica que os via como ingênuos, vítimas dos colonizadores, cujo traço cultural fundamental era, fora a preguiça, a relação com a natureza. (COELHO, 2010, p.6)

O reconhecimento é um conceito abrangente de um quadro de direitos humanos culturais, linguísticos, educacionais, indígenas, assumidos ou negados dentro das escolas, que apresenta algumas dificuldades sociológicas e pedagógicas. Pareceu-nos normal que existissem esses tipos de afirmações e formas de ocultação da identidade indígena, pois sabíamos que eram formas ideológicas de homogeneização cultural, por meio das quais a cultura escolar se reproduzia. No entanto, diante dessa velha ideologia de homogeneização cultural ainda vigente nas escolas, o pluralismo cultural aparece paralelamente como uma política afirmativa.

Esse índio, objeto de conhecimento e celebração num espaço delimitado nos calendários escolares, é quase sempre amalgamado à natureza e reconhecido por atributos como alegria, ingenuidade, liberdade. Um efeito dessas representações é o estranhamento que nos causa o encontro com indígenas em contextos urbanos, participando de atividades comerciais, ou em noticiários que deixam ver, de relance e de modo fugaz, a situação de miséria e violência a que estão submetidos muitos povos indígenas na atualidade brasileira. (BONIN,2008, p. 318)

Nas últimas décadas temos observado uma tendência educacional que busca conciliar esses direitos específicos dos povos indígenas com os direitos universais, incorporando a ideia de que existem tradições culturais opressoras e que os direitos humanos universais que podem ajudar a combater essa opressão. A educação intercultural que nos referimos busca nesses casos, não sem contratempos, conciliar as culturas indígenas com a cultura escolar homogeneizadora, os saberes indígenas com os saberes escolares. Em suma, o pressuposto geral sobre o direito de preservar as tradições culturais dos povos indígenas causa algumas dificuldades aos educadores, no sentido de dificultar o enriquecimento das relações entre as culturas em contato e relacionamento.

## REINVENTANDO AS IDENTIDADES INDÍGENAS

A reinvenção das culturas indígenas é uma ação pedagógica típica que busca reivindicar as culturas indígenas exaltando o passado e petrificando o presente. É um fenômeno que podemos observar através das atividades realizadas pelos professores com o interesse de ensinar “culturas indígenas” e quando estas constituem conteúdos essenciais para a aprendizagem. Os professores argumentam, por exemplo, que não sabem o que fazer diante da demanda de aplicação da abordagem intercultural, porém, realizam o que entendem ser as ações de integração

positiva dos alunos indígenas na vida acadêmica e atividades culturais.

[...] hoje todas as culturas são de fronteira. Todas as artes se desenvolvem em relação com outras artes: o artesanato migra do campo para a cidade; os filmes, os vídeos e canções que narram acontecimentos de um povo são intercambiados com outros. Assim as culturas perdem a relação exclusiva com seu território, mas ganham em comunicação e conhecimento. (CANCLINI, 1997, p. 348)

Ao realizar este tipo de atividades "especiais", os professores tentam "recriar" as culturas indígenas e assim dar um valor positivo ao que é considerado indígena. Nesse sentido, poderíamos dizer que os professores junto com os alunos estão reinventando as culturas indígenas e produzindo um quadro escolar de uma cultura diferente. Wagner (2010) definiu esse fenômeno da invenção da cultura como uma prática humana específica e onde a invenção é também uma cultura. Essa cultura reinventada que os professores instrumentalizam com o ensino tem a peculiaridade de ter sido convertida em conteúdo de aprendizagem escolar a ser transmitido. Ou seja, em vez de ensinar através da cultura ou intraculturalmente construídas a partir de desenhos alheios às culturas de origem. Como veremos, essa perspectiva de ensino da criatividade está mais associada à cultura escolar, e os conceitos de cultura que utilizam constituem um legado da tradição escolar e uma forma de reinvenção da tradição escolar.

[...] desde pequena, a pessoa observa, inspirando-se naquilo que a rodeia, tendo como exemplo as imagens que estão à sua disposição, buscando assemelhar-se ao outro e a partir daí constituir um comportamento próprio, que também o distinga. Imitam nas brincadeiras e nas demais situações da vida, pois acompanham os adultos nas mais diferentes atividades. (MENEZES e BERGAMASCHI, 2009, p. 89)

Além de ensinar a criatividade como forma de reinventar as culturas indígenas, podemos incluir também a enorme influência que os conceitos de cultura manipulados por antropólogos e historiadores tiveram. Hoje, por exemplo, quando os professores falam de cultura, imediatamente a associam ao passado indígena e à história, bem como à "reminiscência das culturas indígenas" e à riqueza que representam para a cultura nacional. Então, o fato de haver alunos de origem indígena nas escolas é como um estado de "exceção" para as escolas municipais. Continuam a utilizar o conceito de cultura para destacar as peculiaridades da cultura indígena e a diferença em relação à cultura nacional e universal, até mesmo para se referir à cultura local.

Essa ideia de cultura difundida pela escola é basicamente a forma não genética de transmissão de uma comunidade contínua, onde a comunidade é entendida como aquela entidade que compartilha a mesma cultura. De acordo com isso, a cultura é então o que uma população compartilha e o que a transforma em uma comunidade. Cultura e comunidade são definidas em termos de uma relação mútua: cultura é o que uma população compartilha e que a transforma em comunidade. "Comunidade é uma subpopulação de uma espécie, compartilhando os traços geneticamente transmitidos, mas distinguindo-se da população maior por algumas características adicionais: estas, de uma forma ou de outra, dependem do que a comunidade, ou subpopulação, faz. equipamento genético.

Um dos efeitos de tais representações é a produção de um lugar para eles sempre no passado [...] E porque são vistos como sujeitos genéricos, amalgamados à natureza, causa-nos grande estranhamento a presença de indígenas nas feiras, participando de atividades comerciais, nas ruas de centros urbanos pedindo esmolas, ou em noticiários que deixam ver, de relance e de modo fugaz, a situação de miséria e violência a que eles estão submetidos na atualidade brasileira (BONIN, 2010, p. 78)

Por isso, quando os professores se referem à cultura, seu raciocínio é quase sempre acompanhado de um argumento demonstrativo sobre a existência de determinadas culturas indígenas e uma presença autônoma da cultura. São argumentos que se tornam uma forma de falar sobre as tradições indígenas e onde é difícil para elas questionar sua existência. Mesmo quando os professores tentaram direcionar suas atividades para o fortalecimento da identidade indígena, levando em conta algumas das recomendações fornecidas pelas instituições encarregadas de promovê-la, eles não conseguiram escapar das velhas conceituações e moldes evolutivos cunhados pela antropologia mexicana desde muito tempo até o século XX.

## PEDAGOGIA DAS CULTURAS INDÍGENAS

A pedagogia das culturas indígenas é outra das formas típicas de ação pedagógica das escolas em questão, que inclui não apenas a atividade de ensino da cultura indígena, mas também o ensino com base na cultura indígena, ou seja, utilizando uma estrutura de ensino e aprendizagem indígena, epistemologicamente ainda não definido. A educação escolar indígena nas escolas mostra as características de um processo de longo prazo que se constitui, interrompe ou reconstitui, dependendo do caso, em estreita concatenação com a reforma política do Estado e as mudanças socioeconômicas inspiradas nas concepções neoliberais de desenvolvimento nacional (BERGAMASCHI, 2012).

Na última década, conquistou uma dimensão política e institucional de primeira

ordem e tornou muito mais visível os povos. Também acelerou a criação de novas bases legais e políticas públicas para a educação escolar, alterando gradativamente um processo adverso na educação pública. No entanto, com todo esse imenso potencial de mudança e enriquecimento ético, esse processo parece estar se enfraquecendo e perdendo presença na sociedade (MARCON, 2010).

Um resultado ideológico significativo dessa mudança é a substituição irreversível do paradigma da educação bilíngue pela chamada proposta intercultural, até então. É fato que as concepções de educação e escola mudaram, mas não de forma tão gradual e cumulativa como a sequência observada. É também um facto que a história científica os paradigmas da educação escolar indígena ainda é uma tarefa a ser feita (BERGAMASCHI, 2012). A atual interação entre o Estado e as organizações indígenas permite a convergência de modelos educacionais liberais com propostas críticas de resistência e emancipação incompatíveis e que revelam as profundas divergências em torno dessa questão. Assim, problemas fundamentais da educação indígena subsistem e permanecem sem solução, apesar das mudanças paradigmáticas. Refiro-me a problemas como as metodologias de ensino da língua materna e segunda língua, a construção étnica da escola bilingue, a concepção dos conteúdos curriculares, a promoção da autoestima positiva e da identidade étnica e a revitalização das línguas minoritárias.

No entanto, podemos postular uma coisa com certeza: as diversas orientações curriculares refletem a vontade política de influenciar o futuro da sociedade e da identidade indígena, redefinindo o papel da educação no vasto esforço para permitir a conquista do maior número de indivíduos de origem indígena. No entanto, a maioria das experiências pautadas pela abordagem intercultural ainda não alcança o enraizamento e abrangência escolar necessários (MARCON, 2010).

Mas, sem dúvida, o que se destaca no panorama continental, são os ajustes feitos pelos governos nacionais para inserir a interculturalidade, a competitividade, a diversidade e a pluralidade democrática em algumas políticas públicas. A partir das convergências globais, cada país identificou e construiu seus termos específicos, produzindo um notável enriquecimento e diversificação das reformas educacionais relativas aos povos indígenas.

Para as sociedades indígenas contemporâneas, a escola é uma instituição originária de outras formações sociais, que devem ser incorporadas de forma criativa. Sua readequação implica regras próprias em relação aos diversos aspectos curriculares (MARCON, 2010). A organização curricular da escola indígena é uma forma de concretizar o princípio do respeito aos próprios processos de aprendizagem e ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.

Em suma, como política pública, a educação indígena deve ser integrada, para dar mais poder aos atores locais, o panorama proposto implica em modificar as concepções sobre como opera e se enraíza uma mudança na educação. Até agora, argumentos demográficos e descrições psicológicas, linguísticas e sociolinguísticas de contextos indígenas têm sido utilizados principalmente para enfatizar a necessidade de mudanças, mas não derivam dessas descrições possíveis caminhos a seguir. O que é necessário é uma conceituação que destaque a unidade orgânica do setor educacional e enriqueça as inter-relações entre as diferentes dimensões da mudança integral na educação indígena e, nesse marco, estabeleça as prioridades e etapas a serem cumpridas.

## A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO INDÍGENA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

No trabalho docente, como parte do processo de formação de professores de educação intercultural, são considerados tanto os saberes teóricos e científicos, quanto os saberes e saberes sobre a visão do mundo indígena. A tradicional relação hierárquica de formação típica da educação formal é concebida no sentido do processo didático. O processo didático pressupõe que o aluno não tenha o conhecimento do professor, mas que possa acessar esse conhecimento e se tornar um especialista como seu professor. Ou seja, o aluno é apresentado à dialética dos pesquisadores para a formação do conhecimento científico. Isso pressupõe que o professor ou o especialista faz você saber o que você não sabe e tenta saber

(COELHO2010). Nessa ordem de ideias, o especialista adentra a realidade cognitiva dos alunos, ou seja, no que diz respeito ao modo de imaginar as situações problemáticas e seu modo de agir. Assim, o aluno formado por meio de um projeto de educação intercultural é capaz de lidar com as situações problemáticas do ambiente escolar e agir em relação à natureza fundamental do conhecimento que se define como a capacidade de aprender a partir de um relação especialista-treinador-aluno e uma prática discursiva para um entendimento comum.

[...] a teoria do multiculturalismo contribui significativamente para o debate sobre as diferenças, estabelecendo bases teóricas consistentes, visando ao pleno reconhecimento, à proteção e à promoção dos direitos fundamentais dos grupos minoritários, nos quais estão inseridos os povos indígenas. Contribui, portanto, na construção de relações dialógicas apoiadas no reconhecimento da diferença, sem exclusões discriminatórias. Faz-se necessário aprender a conviver com o Outro, culturalmente distinto, a dialogar com esse Outro, para conjuntamente instaurar relações sociais mais justas e igualitárias (LOPES E CORRÊA, 2008, P. 472).

A prática de formação de educadores interculturais que considera a construção do conhecimento indígena é uma interação complexa, a evolução do questionamento e do processo de formação levam ao questionamento, quais são os elementos de troca intercultural entre saberes e saberes indígenas e saberes em educação que contribuem para a formação do saber profissional (CANCLINI, 1997).

De acordo com o exposto, a forma do professor se relacionar com o ambiente escolar e a comunidade indígena é uma relação bicultural que gera interculturalidade. Nesse contexto, as relações entre membros da sociedade e cultura, e membros de outras culturas, podem se tornar interculturais quando a concepção binária de cultura considera uma terceira via que leva em conta o contexto global de convivência entre tradição e modernidade. Este caminho supõe a presença de zonas de fusão, principalmente em termos de valores, atitudes e comportamentos. Nesse sentido, podemos falar de intercâmbio intercultural na formação inicial entre professores (CANCLINI, 1997).

## CONHECIMENTO INDÍGENA NA CRIANÇA

É importante reconhecer que a criança ingressa na escola e traz consigo uma cultura adquirida na socialização primária, que inclui conhecimentos familiares e culturais aprendidos em sua vida em comunidade. Dessa forma, a criança “tem” conhecimentos prévios que o professor deve ampliar e articular interculturalmente em sala de aula; ou seja, é necessário que o professor desenvolva habilidades e atitudes que facilitem o trabalho pedagógico dentro e fora da sala de aula de acordo com as etapas de desenvolvimento cultural que seus alunos passam, e com os conhecimentos, valores e família e significados culturais que poderiam ser articulados ou contrastados com o conteúdo escolar.

Em relação à aquisição de conhecimento na criança, vale reconhecer a contribuição do conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) cunhado por Vygotsky (1988) que, por sua vez, utiliza o conceito de interaprendizagem como andaime para a construção conhecimento indígena e cultural da criança. A ZDP é definida como a distância entre o nível real de desenvolvimento, determinado pela capacidade de resolver um problema de forma independente, e o nível potencial de desenvolvimento, determinado através da resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou em colaboração outro parceiro mais capaz, de modo que o professor deve ter a capacidade de conhecer" o conhecimento prévio do aluno e planejar a forma como ele poderá ser ampliado com o conhecimento escolar, no mesmo nível de importância.

Toda função no desenvolvimento cultural da criança aparece em cena duas vezes, ou em dois planos; primeiro no plano social e depois no psicológico, em princípio entre pessoas como categoria interpsíquica e logo no interior da criança como categoria intrapsíquica. Isto também se aplica à atenção voluntária, memória lógica, a formação de conceitos e o desenvolvimento de escolhas, vontades... A internalização transforma o processo que se desenvolve e altera suas estruturas e funções. Relações sociais ou relações entre pessoas dão suporte a todas as funções superiores e modo como elas interagem (VYGOTSKY 1978, p. 57)

Deve-se reconhecer que a criança aprende ou interage em sua comunidade, a partir de seu envolvimento prático em atividades familiares e comunitárias, com o apoio de adultos ou pares mais capazes, para que a interação entre a criança e o contexto comunitário (entendido social e culturalmente) desempenha um papel essencial. A criança é um ser cultural, portanto o conhecimento é construído por meio da interação social mediada pela cultura, daí a importância de o professor conhecer os principais elementos culturais que identificam a comunidade em questão, a fim de facilitar o processo de identificação dos conhecimentos prévios que as crianças trazem consigo como fontes de conhecimento indígena (CANEN, 2000).

É preciso reconhecer o processo de separação das atividades comunitárias que a criança tem desde sua incorporação às atividades escolares; em outras palavras, o fato de frequentar a escola faz com que as crianças não participem igualmente das atividades comunitárias e familiares, como a pesca; no entanto, os primeiros anos de vida são fundamentais para a aquisição de conhecimentos que os servirão para sua vida futura na comunidade.

Na realidade, o verdadeiro problema começa quando os professores aceitam que os indígenas são "diferentes" e reconhecem algo neles que os impede de serem tratados da mesma forma que seus colegas, que geralmente não falam espanhol "bem" e academicamente não têm o mesmo desempenho, ou seja, os professores aceitam a diferença, mas a qualificam com base nas desvantagens acadêmicas dos alunos indígenas. Ou seja, fica aquela vaga sensação de que os alunos indígenas não se integram na dinâmica das aulas como os demais alunos. Às vezes, esse sentimento é matizado com auxílio acadêmico para mitigar desvantagens e com medidas assistenciais individualizadas ou com decisões que acabam se tornando atos de separação e distanciamento físico (MARCON, 2010).

Em suma, diferenciar os indígenas nas escolas é uma ação pedagógica típica que acaba criando condições (estereótipos) para o distanciamento (físico) de alunos indígenas de alunos não indígenas, tanto dentro do contexto escolar quanto fora dele. A ação peda-

gógica entendida como imposição e "violência simbólica imposta, de arbitrariedade cultural" que, sem querer, acaba se tornando uma ação pedagógica que segrega e principalmente quando no curso das escolas estão se tornando “sítios” exclusivos para os indígenas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Então, a distinção pode ser feita entre cultura, culturas particulares e cultura em geral. Cultura em geral é tudo o que está relacionado à atividade social simbólica, expressiva, criativa de sentido, valores e normas, de consciência ou sensibilidade. Já as culturas particulares são os vários registros de significados, de pertencimento e de identificação que essa interação sócio simbólica gera concretamente, em tempos e lugares específicos, e que moldam de alguma forma, profunda ou globalmente, a personalidade e as atitudes dos indivíduos.

Assim, a cultura é um campo comunicacional que organiza um conjunto de atitudes cujos significados são exteriorizados nos códigos de conduta ou expressão, mas ao mesmo tempo são internalizados na memória social de um grupo em trocas simbólicas. Essas trocas identificam cada membro criando limites de reconhecimento e exclusão.

Em relação ao exposto, a interculturalidade pode favorecer a abertura ao estabelecimento de relações com o Outro, pois “a interculturalidade se refere a um pluralismo de valores, por um lado, e a relações de interdependência entre esses valores, ou entre sistemas e indivíduos que os usam. O pluralismo e as relações de interdependência caracterizam, de alguma forma, as relações entre pessoas de determinadas culturas originais. Assim, a interculturalidade é concebida como uma inovação que propõe outra filosofia e uma outra leitura do mundo. Esta forma de ver a interculturalidade demonstra a tendência associativa da natureza humana e compreende uma declaração, um programa como prática e uma aplicação. Desta forma, a interculturalidade pode levar a relações humanas respeitosas.

No caso da formação de professores de educação intercultural, é possível apontar e hierarquizar as diferentes formas de vida coletiva e reconhecer que a cultura ocidental que permeia a formação profissional é uma cultura particular, no mesmo grau que as demais, que se apresenta como dominante e serve como modelo de referência ou matriz de civilização.

Na educação infantil, o conhecimento do patrimônio sociocultural dos povos indígenas foi considerado no conteúdo da educação intercultural e assim a pedagogia constitui, ao mesmo tempo, um meio utilizado na formação de professores de educação intercultural para atuar no contexto das comunidades. A educação intercultural, neste caso, implica uma inclinação a favor da diversidade das expressões da vida humana e da própria cultura. Nesse sentido, a educação intercultural se apoia em um conceito humanista baseado em um capital dinâmico da diversidade. Este capital destina-se a ajudar os alunos a fazer a melhor escolha possível entre os vários modelos e oportunidades oferecidas por várias culturas. Com efeito, a educação intercultural exige um ato pedagógico que reconheça a diversidade e heterogeneidade das referências, valores, perspectivas e práticas que devem torná-los explícitos para aprender e construir novos conhecimentos.

## REFERÊNCIAS


BERGAMASCHI, M. A; GOMES, L. B. A Temática Indígena na Escola: ensaios de educação intercultural. Currículo sem Fronteiras, v. 12, 2012, p. 53-69.

BERGAMASCHI, M. A. (org). 2008. Povos Indígenas e Educação. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BONIN, Iara Tatiana. Com quais palavras se narra a vida indígena na literatura infanto-juvenil que chega às escolas? In: SILVEIRA, Rosa Hessel (Org.). Estudos culturais para professor@s. Canoas: Editora da Ulbra, 2008.

BONIN, Iara Tatiana. Povos indígenas na rede das temáticas escolares: o que isso nos ensina sobre identidades, diferenças e diversidade? Currículo sem Fronteiras. Volume 10, n. 1, pp.133-146, jan/jun 2010.

CANCLINI, Néstor García. Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANEN, A. Educação multicultural, identidade nacional e pluralidade cultural: tensões e implicações curriculares. Cadernos de Pesquisa, nº111. Dezembro, 2000.

COELHO, Mauro Cezar. As populações indígenas no livro didático, ou a construção de um agente histórico ausente. Caxambu: 2007.

LOPES, A.L.; CORRÊA, D. O multiculturalismo e os direitos fundamentais dos povos indígenas: a luta pela igualdade no Brasil da intolerância. Rev. Ciên. Jur. E Soc. da Unipar, v. 11, n. 2, p. 471-489, jul./dez. 2008.

MARCON, Telmo, Educação Indígena Diferenciada, Bilíngue e In-tercultural no Contexto das Políticas de Ações Afirmativas. Visão Global, Joaçaba, v. 13, n. 1, p. 97-118, jan./jun. 2010.

VIGOTSKI, Lev. A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1978.